



CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA

LEI Nº 974/2000

ORÇA A RECEITA E FIXA A DESPESA PARA O EXERCÍCIO DE 2001 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS - MUNICÍPIO

O POVO DO MUNICÍPIO DE LAJINHA, por seus representantes aprovou a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica aprovado o Orçamento do Município de Lajinha, para o exercício de 2.001, discriminado pelos anexos integrantes desta Lei e que estima a Receita em R\$5.166.982,33 (cinco milhões, cento e sessenta e seis mil, novecentos e oitenta e dois reais e trinta e três centavos), e fica a Despesa em igual importância.

Art. 2º - A RECEITA será realizada mediante arrecadação de tributos, taxas e outras receitas na forma da legislação em vigor, observando os seguintes desdobramentos:

RECEITA	VALOR	VALOR
RECEITAS CORRENTES		4.471.787,45
Receita Tributária	312.386,43	
Receita Patrimonial	12.151,33	
Receita Industrial	2.000,00	
Receita de Serviços	11.765,04	
Transferências correntes	4.093.606,82	
Outras Receitas Correntes	39.877,83	
		695.194,88
RECEITAS DE CAPITAL		
Operações de Crédito	300.000,00	
Alienação de Bens	10.000,00	
Transferências de Capital	384.194,88	
Outras Receitas de Capital	1.000,00	
Total da Receita Estimada		5.166.982,33



CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA

Art. 3º - A DESPESA será realizada de acordo com a seguinte distribuição por Funções do Governo e por Unidades Orçamentárias:

DESPESAS POR ÓRGÃOS E UNIDADES

01.01 – Gabinete e Secretaria da Câmara	334.442,74
02.01 – Gabinete do Prefeito	455.500,00
02.02 – Assessoria Jurídica	160.000,00
03.01 – Gabinete do Secretário	21.000,00
03.02 – Gabinete do Secretário	31.000,00
03.03 – Depto. Secretaria Geral do Patrimônio	12.000,00
03.04 – Depto. De Informática	13.000,00
03.05 – Depto. De Compras e Licitações	11.000,00
04.01 – Gabinete do Secretário	68.000,00
04.02 – Depto. De Cadastro, Fiscalização e Arrecadação	15.000,00
04.03 – Depto. De Cobrança	12.000,00
04.04 – Depto. De Tesouraria	94.000,00
04.05 – Depto de Contabilidade	42.000,00
05.01 – Gabinete do Secretário	68.000,00
05.02 – Depto. De Educação	1.333.000,00
06.01 – Gabinete do Secretário	55.000,00
06.02 – Depto. De Saúde e Assistência Social	1.043.000,00
07.01 – Depto. De Cultura, Esporte e Lazer	18.500,00
08.01 – Gabinete do Secretário	23.000,00
08.02 – Depto. De Agricultura e Meio Ambiente	62.000,00
09.01 – Gabinete do Secretário	22.000,00
09.02 – Depto. De Fiscalização e Manutenção de Obras e Urbanismo	609.000,00
10.01 – Secretaria Municipal de Recursos Humanos	32.000,00
11.01 – Reserva de Contingência	632.539,59
T O T A L	5.166.982,33

DESPESAS POR FUNÇÕES DE GOVERNO



CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
01 – Legislativa	334.442,74
02 - Judiciária	106.000,00
03 – Administração e Planejamento	799.500,00
04 – Agricultura	105.000,00
05 – Comunicações	45.500,00
06 – Defesa Nacional e Segurança Pública	36.000,00
08 – Educação e Cultura	1.419.500,00
09 – Energia e Recursos Minerais	5.000,00
10 - Habitação e Urbanismo	143.000,00
11 – Indústria, Comércio e Serviços	105.000,00
13 – Saúde e Saneamento	687.000,00
15 – Assistência e Previdência	414.000,00
16 – Transporte	334.500,00
99 – Reserva de contingência	632.539,59
TOTAL	5.166.982,33

DESPESAS POR CATEGORIA

DESPESAS CORRENTES		3.739.942,74
Despesas de Custeio	2.683.500,00	
Transferências Correntes	1.056.442,74	
DESPESAS DE CAPITAL		794.500,00
Investimentos	722.500,00	
Inversões Financeiras	51.000,00	
Transferências de Capital	21.000,00	

Art. 4º - No decorrer da execução orçamentária, fica o Prefeito Municipal autorizado a:



CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA

Realizar Operações de Crédito por Antecipação de Receita até o limite de 25% (vinte e cinco por cento), da receita estimada, nos termos dos Arts. 165 e 167 da C.F.;

Abrir créditos suplementares até o limite de 100% (cem por cento) do Orçamento da Despesa, nos termos dos Arts. 7, itens I e II e 43 parágrafo 1º, itens I, II e III da Lei 4.320/64 de 17 de março de 1964;

Anular parcial e/ou totalmente dotações orçamentárias, como recurso à abertura de créditos adicionais, valendo-se, também, para o mesmo fim, do excesso de arrecadação, se houver;

Fazer nos termos do inciso VI Art. 167 da Constituição Federal a transposição e remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria para outra ou de um órgão para outro, com a finalidade de atender alterações estruturais e/ou funcionais da Administração.

Art. 5º - Revogadas as disposições em contrário, esta lei entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2.001.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE
LAJINHA, ESTADO DE MINAS GERAIS, AOS SEIS DIAS DO MÊS DE
DEZEMBRO DO ANO DOIS MIL. (06-12-2000)

Ver. JOAQUIM JUSTO RIBEIRO

Presidente da Câmara

Sancionada pelo Sr. Prefeito Municipal em 22-12-2000, conforme cópia arquivada em pasta própria.



CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA

Lúcia Maria Miguel Morais

At. Legislativo